

## INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO (1889-1930)

Paolla Rolon Rocha

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*  
paa.rocha@hotmail.com

Margarita Victoria Rodríguez

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*  
poroyan@uol.com.br

**Resumo:** O artigo traz os resultados parciais da pesquisa de mestrado que tem como objetivo a história da instrução pública primária no sul de Mato Grosso. Aborda a questão da instrução pública primária em Mato Grosso no período de 1889 a 1930, mostrando as nuances das reformas e regulamentos instituídos durante o momento proposto, mas para compreender essa singularidade é necessário compreender a totalidade que é a sociedade capitalista, e como a economia mundial influenciou na revolução de 1930, o que gerou o fim da primeira república. Para a análise dos achados, foram utilizados os seguintes aportes teóricos: Marx (2011), Alves (2004), Mészáros (2008), Carone (1976), Valdemarin (2004), Souza (2014), Abrucio (2010), Paiva (1973), Silva (2011), Jesus (2012), Paes (2012). Ressalta-se que durante a Primeira República que finaliza em 1930, se verifica a expansão das escolas no Brasil, bem como no Estado de Mato Grosso (MT). Na questão educacional, se verifica que ao longo do período, no estado foram implantadas uma série de reformas e surgiram vários tipos de escolas: escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares, também se implementou ampliação para 12 anos à idade mínima da obrigatoriedade escolar. Porém vale salientar que ainda existiam muitas crianças analfabetas e fora da escola, à escola ainda não era para todos e o aumento do número de escola ocorreu pela demanda econômica, pois precisava-se de mão de obra qualificada. Os resultados mostram que não existiam professores qualificados e a escola em sua maior parte era frequentada pela classe dominante, pois não era necessária mão de obra qualificada.

**Palavras-chave:** Instrução Pública, Ensino Primário, Mato Grosso.

### Introdução

O artigo visa analisar a história da instrução pública primária em Mato Grosso no final do período imperial a Primeira República Assim surge a Primeira República, que iniciou<sup>1</sup> 1889 e terminou com golpe em 1930<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A instauração da república no Brasil se deu a partir de um golpe militar, ou melhor, fruto da ação de alguns militares, sendo que não havia uma unidade ou consenso entre eles. Apesar de algum número de republicanos civis, estes estiveram ausentes do evento.[...] O fim de um regime político não ocorre de uma hora para outra, ao acaso, o Império já vinha perdendo prestígio há algum tempo. As constantes eleições fraudulentas; as reações dos militares após a guerra do Paraguai, que queriam mais direitos e maior reconhecimento; a abolição da escravidão (1888), que se por um lado agradou a muitos, por outro desagradou a boa parte dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense; e a resistência para implantar reformas foram questões que ajudaram nesse processo. (SILVA, 2011, p. 01-02)

<sup>2</sup> Segundo Carone (1976, p. 65 - 66) o golpe iniciou por [...] convergência de tropas revolucionárias sobre o Rio de Janeiro, depois do dia 3, leva os generais legalistas a conspirar para realização de um golpe contra as duas forças em confronto: seu pensamento é que, em vista de que as duas facções se dizerem vitoriosas no pleito para a candidatura presidencial, eles, derrubando Washington Luiz e obrigando Getúlio Vargas a aceitar a nova situação de fato, poderiam “cartesianamente” afastar os contestadores e marcar novas eleições. [...] Washington Luiz reluta para entregar o

Em 1834 o Imperador Dom Pedro I criou o Ato Adicional que descentralizou o ensino e transferiu essa incumbência as Províncias. Porém em Mato Grosso pouco se realizou, por falta de recursos, no final do império deu início as Reformas. As reformas eram consideradas liberais, mas nem sempre utilizou os quatro pilares na educação “liberdade, gratuidade, obrigatoriedade e laicidade”. Pois dependiam da Igreja e nem sempre tinham condições econômicas para ser totalmente gratuita.

Nesse momento histórico a política estava denominada como “café-com-leite”<sup>3</sup> pois a economia era baseada na agricultura, principalmente do café (os maiores produtores eram do Estado de São Paulo) e leite (seus maiores produtores eram do Estado de Minas Gerais), essas oligarquias se intercalavam no poder e no controle da economia, assim, sempre um desses estados comandava politicamente o país. Um forte indicador da queda dos fazendeiros foi à quebra da Bolsa de Nova York<sup>4</sup> em 1929, que prejudicou a venda do café e a economia brasileira. “O crack da Bolsa de Valores foi resultado de uma década de desenvolvimento econômico, onde as curvas da oferta e da demanda se afastavam cada vez mais, tentando ser aproximadas por vultosos financiamentos ao consumo” (REZENDE, 2008, p. 208).

Na questão educacional, no âmbito nacional, houve algumas reformas: Reforma Benjamin Constant<sup>5</sup> (1890-1891) no governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1889-1991); Reforma Epiácio Pessoa<sup>6</sup> (1901) no governo de Campos Sales (1898-1902); Reforma Rivadávia Corrêa<sup>7</sup> (1911) no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914); a Reforma Carlos Maximiliano<sup>8</sup>

---

governo, mas seu esforço é inútil. [...] Diante da força militar, os generais cedem, e Getúlio é empossado no Governo Provisório.

<sup>3</sup> Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. Essa aliança entre São Paulo e Minas, que eram os estados mais poderosos, ficou conhecida como a "política do café com leite". (LEITE; BICALHO, 2014, p. 9).

<sup>4</sup> Havia uma alta concentração de renda sem redistribuição (apenas 5% da população recebia um terço do rendimento pessoal global). Isso gerava um problema estrutural profundo, pois a capacidade do mercado consumidor interno de absorver a produção industrial, que crescia assustadoramente, era reduzida gradual e significativamente. A ausência de leis trabalhistas e assistencialistas também diminuía a capacidade de consumo. Por outro lado, a produção era inflexível, ou seja, primeiro era feita a produção dos bens, sendo estes estocados e, apenas posteriormente, lançados no mercado. Unindo esses fatores, ocorre a superprodução (consistem em se produzir mais do que a real capacidade do mercado em absorver a produção). Para contornar a superprodução, a linha de créditos era ampliada, aumentando o consumo. O meio agrícola também enfrentava muitas dificuldades com as crises de superprodução, pois estas faziam os preços dos produtos primários baixarem. (REZENDE, 2008 apud MARTINS, KRILOW, 2015, p. 4).

<sup>5</sup> Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, regulamentou a instrução primária e secundária.

<sup>6</sup> Decreto n. 3890, de 1 de janeiro de 1901. Como aponta Bomeny (2002) à educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional.

<sup>7</sup> Decreto n. 8.659 de 5 de abril de 1911, descentralizou o ensino.

<sup>8</sup> Decreto n. 11.530 de 18 de março de 1915 que reorganizou o ensino secundário e superior.

(1915) no governo de Venceslau Brás (1914-1918) e a Reforma João Luiz Alves<sup>9</sup> (1925) no governo de Artur Bernardes (1922-1926).

## **Metodologia**

A metodologia utilizada é materialista histórico dialética, parte do pressuposto que a história está sempre se transformando, que para compreendê-la é necessário compreender o todo (a sociedade, economia, política, cultura, entre outros). E que pode ser sempre transformada. O método permite segundo Rodríguez (2004, p. 18) captar as coisas em sua singularidade e a dialética oferece a possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade em movimento.

Portanto é necessário compreender a totalidade (a sociedade capitalista) para assimilar à singularidade que é a educação de Mato Grosso de 1889 a 1930. Que apesar de elaborar políticas relativas ao ensino primário, pouco se cumpria do que era proposto, por diversos motivos: falta de verba, pouca necessidade para que alunos da classe trabalhadora estudassem e falta de professores. Para Marx (2011, p. 23) “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Segundo Alves (2004, p. 21) o reconhecimento do caráter universal dos fenômenos que ocorrem sob a égide do modo de produção capitalista, elas não excluem o fato de que as formas singulares de realização do capital, em distintas nações do universo, produzem manifestações peculiares daqueles mesmos fenômenos, que necessitam ser apreendidas pelas pesquisas científicas. Nesse contexto que vamos analisar a singularidade da instrução pública primária no estado de Mato Grosso, mas buscando a totalidade.

Foram lidas e analisadas as Reformas Educacionais da Primeira República no Brasil e os Regulamentos e Reformas da instrução Pública Primária encontrados no arquivo público de Mato Grosso do Período de 1889 a 1927. Com o objetivo de compreender as nuances ocorridas nesse período na educação.

---

<sup>9</sup> Decreto n. 16.782 A de 13 de janeiro de 1925. Que estabeleceu o concurso da União para difusão do ensino primário, organizou o departamento nacional de ensino e reformou o ensino secundário e superior.

## Resultados

Os primeiros moradores da região que hoje é situado o Estado de Mato Grosso foram os indígenas, posteriormente com a colonização do país chega os portugueses e espanhóis, se tornou no século XVIII Arraial e depois Vila Real do Senhor Jesus do Cuiabá. “No ano de 1727 o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722) foi elevado à condição de vila e, nesse momento, pertencia à jurisdição da capitania de São Paulo” (JESUS, 2012, p. 96).

No ano de 1748 foi desmembrado da capitania de São Paulo e criado a Capitania de Mato Grosso.

O nome Mato Grosso foi cunhado pela primeira vez pelos irmãos Fernando e Artur Paes de Barros em 1734, quando atrás dos índios Parecis, descobriram uma mina de ouro situadas nas margens do rio Galera, no vale do Guaporé. Apelidaram o lugar de Minas do Mato Grosso. (MATO GROSSO, 2011).

Sua economia era diversificada, no período republicano nota-se que entre as principais atividades econômicas que se desenvolveram no Estado do Mato Grosso, no início do século XX, estavam à produção de borracha e a poaia na região norte do Estado, além da presença de usinas de açúcar em sua parte central, enquanto na parte sul do Estado predominou a criação de gado e do cultivo da erva-mate (LOBATO et al, 2010, p. 4). Observa-se que eram vendidos seus produtos a outros países em troca de capital (dinheiro), para que o estado pudesse crescer e cada vez ter mais lucro.

Em relação à educação a instrução pública na Primeira República tinha como propósito fornecer conhecimentos básicos para a classe trabalhadora para continuar gerando a mais-valia<sup>10</sup>, como aborda Mészáros (2008, p. 35) sobre a educação, principalmente dos últimos 150 anos, que era institucionalizada, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos

---

<sup>10</sup> Mais-Valia: A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial. (BOTTOMORE, 2001, p. 361).

devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.

No dia 07 de junho de 1889, no governo de Antônio Herculano de Souza Bandeira (1889) no final do império, foi promulgado o último Regulamento do Ensino Primário da Província de Mato Grosso, que explanou sobre as divisões das escolas públicas:

Artigo 2º - As escolas públicas são divididas em três classes:

Pertencem à 3ª classe as escolas da capital, onde haverá para cada sexo tantas quantas forem necessárias.

Pertencem à 2ª classe as escolas que funcionarem nas villas ou cidades, que forem sédes de comarca, onde haverá uma escola para cada sexo.

Pertencem à 1ª classe todas as outras escolas da província, só podendo haver uma em cada localidade e nellas se ministrará o ensino conjuntamente a alumnos de ambos os sexos. (MATO GROSSO, 1889).

As escolas públicas ficaram divididas em três classes, mostrando a diferença de demanda e estrutura da escola da capital, que teria quantas fossem necessárias, mas as escolas que funcionavam em vilas ou povoados com menos de vinte alunos eram fechadas. Essas escolas que eram de caráter público, mas na verdade preservava as diferenças sociais.

O Regulamento de 1896 avançou um pouco comparado ao anterior com relação ao direito à educação, pois a instrução passou a ser estruturada em ensino primário e secundário como aborda Paes (2012, p. 85):

O novo Regulamento de 1896 foi considerado um pouco mais avançado e amplo do que o anterior. Nele, a instrução passou a ser estruturada como ensino primário e secundário. O primeiro passando a ser composto por escola elementar de 1º grau e por escola complementar de 2º grau. Dessa forma, alterou-se a classificação das escolas, não mais consideradas como de 1ª, 2ª e 3ª classes, conforme Regulamento anterior.

O estado, à época, tornou a escola elementar obrigatória para as crianças de sete a dez anos de idade, recomendando que unidades dessa escola deveriam ser implantadas onde houvesse crianças, cidades, vilas, freguesias e povoados do interior. Uma vez que havia a obrigatoriedade, foram impostas multas a pais e aos responsáveis que deixassem de enviar as crianças às escolas.

Nesse momento existia um grande quantitativo das faltas e era grande a ponto de criarem multas aos responsáveis que deixassem de enviar as crianças nas escolas, tornando o ensino das crianças de sete a dez anos obrigatório.

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910, elaborado com 215 artigos, explanava sobre o ensino leigo, gratuito e para ambos os sexos além de dar outras providências:

Art. 1º – O ensino primário no Estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estatuais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

Art. 2º – Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de freqüentar a escola. [...]

Art. 5º – A instrução primária é obrigatória para todas as crianças de sete a dez anos de idade. Para isentarem os filhos e tutelados da freqüência da escola deverão os pais e tutores provar.

Art. 12º – O ensino nas escolas primárias será tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, e abstendo-se outrossim de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição. (MATO GROSSO, 1910)

O Regulamento abordou a questão da obrigatoriedade da escolarização para crianças de sete a dez anos e enfatizou o método de ensino intuitivo, que nasceu na Alemanha no final do século XIII. Segundo Valdemarin (2004), abrangiam três acepções: levar o aluno a adquirir uma ideia abstrata, colocando um objeto concreto diante dele; educar mediante os cinco sentidos, para que levar ao aluno ver, observar, tocar e discernir as qualidades de alguns objetos; mostrar o conhecimento e fatos utilizando a natureza e a indústria, apreendendo uma coisa e o seu nome, um fato e a sua expressão, um fenômeno e o seu termo designante.

No âmbito nacional também se ampliava a difusão e a oferta da instrução primária que para Paiva (1973) o associou ao surgimento do entusiasmo pela educação<sup>11</sup>. Este fenômeno educativo coincide exatamente com o período de intensificação do processo de industrialização do país nos anos de 1910 e parece sugerir sua vinculação com a questão do alargamento das bases eleitorais, via ampliação dos eleitores possibilitada pela difusão da oferta de instrução elementar para as massas.

Segundo Paes (2012, p. 89) a partir do Regulamento de 1910, desencadeou-se a criação e a instalação dos chamados Grupos Escolares<sup>12</sup> – cuja implantação remonta à Lei n. 508 de 1908, que

---

<sup>11</sup> Entusiasmo pela Educação “[...] a supervalorização da educação como fator capaz de solucionar todos os demais problemas da nação”, ou seja, a educação passa a ser encarada como o principal problema nacional, cujo “[...] corolário era a atribuição de todos os problemas à ignorância de nossa população, [associando a esta] posição o preconceito contra o analfabeto, como elemento incapaz responsável pelo escasso progresso do país” (PAIVA, 1973, p. 27-28).

<sup>12</sup> Cada grupo escolar poderia comportar de quatro a dez escolas isoladas e seria regida pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de quarenta alunos, contando também com adjuntos necessários a diretoria. Os alunos seriam distribuídos em quatro classes para casa sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar [...]. A implantação dos grupos escolares ratificou o princípio de igualdade na educação entre os sexos, ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos, princípio consignado na obrigatoriedade do ensino instituído na reforma de 1892. (SOUZA, 2014, p.62).

criou os Grupos Escolares na Capital e na cidade de Corumbá – cuja diretriz e modelo foram similares aos implantados no estado de São Paulo (a partir de 1890).

A reforma feita pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, que aprovou o Regulamento da Instrução Pública Primária no Estado de Mato Grosso, propunha a divisão do ensino em primário e secundário e dava outras providências.

Art. 1 – Divide-se o ensino, no Estado de Mato Grosso, quanto à natureza do curso, em:

- a) primário;
- b) secundário.

Art. 2 – Em ambos os graus, o ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e pode ser ministrado em estabelecimentos particulares, sujeitos à fiscalização.

Art. 3 – O ensino público primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.

Art. 4 – Ministra-se o ensino público primário em escolas das seguintes categorias:

- a) escolas isoladas rurais;
- b) escolas isoladas urbanas;
- c) escolas isoladas noturnas
- d) escolas reunidas
- e) grupos escolares.

Art. 5 – São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município.[...]

Art. 12 – A escola isolada é urbana, quando localizada num raio de até três quilômetros da sede do município. [...]

Art. 17 – Os cursos noturnos, em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas, destinam-se aos meninos de 12 para mais, que forem impossibilitados de frequentar as aulas diurnas. [...]

Art. 19 – Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”. [...]

Art. 34 – Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar.

O ensino primário obrigatório foi expandido, a idade escolar passou de 7 até 12 anos, porém apenas para os alunos que morassem até dois quilômetros da escola, além de serem para as crianças ditas “normais”, pois ainda pouco se discutia a respeito das crianças com deficiência nas instituições. As escolas eram divididas em cinco categorias, sendo elas: escolas isoladas rurais; escolas isoladas urbanas; escolas isoladas noturnas; escolas reunidas e grupos escolares.

Finalizou o período da Primeira República em 1930, com a expansão das escolas no Brasil e também no Estado de Mato Grosso, se verificou a criação de vários tipos de escola (isolada rural, isolada urbana, noturna, reunida e grupos escolares), bem como o aumento de 7 a 12 anos da obrigatoriedade escolar.

## Considerações Finais

O artigo abordou a instrução pública primária em Mato Grosso no período de 1889 a 1930. Mas para compreender essa singularidade é necessário compreender a totalidade que é a sociedade capitalista, e como a economia mundial influenciou na revolução de 1930, o que gerou o fim da primeira república.

Na questão educacional nos anos de 1910 no Brasil surgiu o “entusiasmo pela educação” movimento que visou expandir as escolas públicas primárias, pois se acreditava que a instrução seria a solução dos problemas.

Ao longo do período de 1889 a 1930 surgiram vários tipos de escolas: escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares, além da ampliação de 10 para 12 anos à idade mínima da obrigatoriedade escolar. Porém vale ressaltar que existiam muitas crianças analfabetas e fora da escola, à escola ainda não era para todos e o aumento do número de escola ocorreu pela demanda capitalista, pois precisava de força de trabalho qualificada. Assim, a escola no primeiro momento não surgiu para acabar com os problemas da sociedade e sim para ampliar as diferenças entre as classes sociais.

## Referências

ABRUCIO, L. **A Dinâmica Federativa da Educação Brasileira: diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento.** in: OLIVEIRA, R. P. de; SANTANA, W. (orgs.). Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/educacao\\_e\\_federalismo\\_no\\_brasil\\_combater\\_as\\_desigualdades\\_garantir\\_a\\_diversidade/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/educacao_e_federalismo_no_brasil_combater_as_desigualdades_garantir_a_diversidade/)>. Acesso 30 ago.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea.** 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

Bomeny. H.. **Reformas Educacionais.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BOTTOMORE, T.. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Disponível em: <[http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO\\_DO\\_PENSAMENTO\\_MARXISTA\\_TOM\\_BOTTOMORE.pdf](http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CARONE, E. **A Primeira República.** Rio de Janeiro : Difel, 1976, 399p.

JESUS, N. M. de. **A Capitania de Mato Grosso – História, Historiografia e Fontes.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012

LEITE, P. H.; BICALHO, L. C. **História**, In: Cursinho Pré-Universitário Popular. Universidade de Juiz de Fora.

LOBATO, A. da S. et al. **A Formação do Espaço Mato-Grossense: As Transformações e Impactos Decorrentes da Expansão da Soja**. Disponível em: <seer.ufrgs.br/paraonde/article/download/22105/12865>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MARTINS, L. C. dos P.; KRILOW, L. S. W. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira**. Disponível em: <www.ufrgs.br/alcar2015>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MARX, K.. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/17007820/marx-karl---o-18-brumario-de-luis-bonaparte-boitempopdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MATO GROSSO. **História de Mato Grosso**. Disponível em: <http://www3.mt.gov.br/imprime.php?cid=70485&sid=825>. Acesso em: 16 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Ensino Primário da Província de Mato Grosso**. Arquivo Público Estadual de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso - 22 outubro de 1910**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>. Acesso em 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%20C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun.

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAES, A. B.. **Reformas e Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso. (1889-1927)**. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.2, n.4, p.80-96, jan/abr. 2012.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

REZENDE FILHO, C. de B.. **História econômica geral**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRÍGUEZ, M. V.. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardados de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.

SILVA, C. de F. **O 15 de novembro na imprensa carioca**. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

SOUZA, R. F. de. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil**. In: SAVIANI, D. (Org). **O Legado Educacional do Século XIX no Brasil**. 3ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2014. p, 33-79.



VALDEMARIN, V. T.. **Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino.**  
In: SAVIANI, Dermeval ( et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas,  
SP: Autores Associados, 2004.